

SUMÁRIO

Autores	11
---------------	----

Conflitos entre as Patentes, as Marcas e os Licenciamentos de Produtos Resultantes, 15

JOSÉ CARLOS TINOCO SOARES

As Fronteiras da Técnica, 31

NEWTON SILVEIRA

1. Do Belo e do Útil	31
2. A técnica está fora da lei de direitos autorais	33
3. A forma tecnicamente necessária	36
4. As normas técnicas	42
5. A posição da ABNT	43
6. Das contradições inerentes à própria fundamentação da ABNT	46

Patentes de Métodos em Internet, 47

CLOVIS SILVEIRA

1. Penso, Logo Existo	47
2. A Palavra “Método”	49
3. Métodos não-Privilegiáveis	50
4. <i>Doing Business Methods as Such</i>	55
5. <i>State Street vs Signature</i>	57
6. Estados Unidos, Europa e Japão	58
6.1. Estados Unidos	58
6.2. Europa	60
6.3. Japão	61
7. Brasil	62
8. <i>Anything under the Sun</i>	63
9. Bibliografia Útil	63

Software Livre: Exercício ou Abdicação de Direito?, 65

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

1. Introdução	65
2. Uso do <i>software</i> e conhecimento informático	71
2.1. Conhecimento informático	72
2.2. Conhecimento <i>versus</i> consumo do <i>software</i>	74
3. Perfil do direito de autor sobre o <i>software</i>	75
3.1. Regimes jurídicos de uso do <i>software</i>	78
3.2. Exercício não exclusivo de direito subjetivo	80
4. Conclusão	85

Cláusula de Não Concorrência em Contrato Individual de Trabalho, 89

ESTÊVÃO MALLET

1. Introdução	89
2. A legislação brasileira	90
3. Licitude da cláusula de não concorrência	91
4. Pressupostos e limites da cláusula de não concorrência	95
5. Compensação pela não concorrência	102
6. Forma	104
7. Oportunidade para a adoção da cláusula	106
8. Interpretação	108
9. Restrição desnecessária ou exorbitante	110
10. Motivo determinante da extinção do contrato de trabalho e obrigação de não concorrência	111
11. Descumprimento da cláusula de não concorrência	112
12. Impugnação da cláusula	114
13. Omissão da existência da cláusula pelo empregado e responsabilidade do novo empregador	114

Ação Penal nos Crimes contra a Propriedade Imaterial, 117

CARLOS KAUFFMANN

1. Crimes contra a Propriedade Imaterial	117
1.1. Previsão Legal	119
1.2. Crimes Formais e Materiais	120
1.3. Crimes de Ação Pública e Crimes de Ação Privada	121
2. Exercício da Ação Penal	124
2.1. Fase Preparatória	125
2.1.1. Inquérito Policial	125
2.1.2. Cautelar de Busca e Apreensão	128
3. Crimes contra a Propriedade Imaterial e Decadência	129
4. Competência Jurisdicional	132
Bibliografia	136

A CIDE-Tecnologia: Um Breve Debate, 139

JOSÉ ANTONIO BALIEIRO LIMA

1. A interpretação conforme a Constituição	139
2. As espécies tributárias	140
3. As contribuições de intervenção no domínio econômico	143
4. A CIDE-Tecnologia	145
5. Conclusão	151
Bibliografia	152

As Indicações Geográficas no Brasil e no Mundo – panorama atual, 155

ALEXANDRE FRAGOSO MACHADO

1. Introdução	155
1.1. Evolução histórica: Das fazendas às disputas diplomáticas	158
2. Definição	163
3. Legislação	164
3.1. Legislação Internacional	165
3.2. Legislação no Brasil	170

4. Panorama das Indicações Geográficas no Brasil	172
4.1. Lei nº 9.279/96 – A Lei da Propriedade Industrial	174
4.2. Registro de Indicações Geográficas pelo INPI	178
4.3. Proteção adicional – Leis estaduais	178
4.4. Conflitos entre Indicações Geográficas e Marca	181
4.4.1. Caso Borbonha	181
4.4.2. Caso Champagne	182
4.4.3. Caso Cognac	182
4.4.4. Caso Saint Emillon	183
4.4.5. Outras decisões	184
4.4.6. Análise administrativa de marcas pelo INPI	184
4.5. Indicações Geográficas Brasileiras	185
4.5.1. Caso “cachaça”	186
4.5.2. Caso Vale dos Vinhedos	188
4.6. Indicação Geográfica como estratégia econômica e social	190
4.6.1. Atores brasileiros	191
5. Conclusão	196

A proteção internacional da marca: desafios para empresas em expansão, 199

THAIS CASTELLI

1. Introdução	199
2. A internacionalização versus a necessidade de proteção dos ativos intangíveis	200
3. Princípio da Territorialidade	204
3.1. Previsão legal e Registro	205
3.2. Extensão territorial do direito e da proteção	209
3.3. Regra de direito internacional privado, com fundamento no Princípio da Territorialidade das Leis	211
3.3.1. Regra de Direito Internacional Privado	211
3.3.2. Fundamento no Princípio da Territorialidade das leis	215
4. Aspectos decorrentes deste Princípio e conseqüências práticas para o titular	217
5. A importância do planejamento estratégico e políticas internas	223
5.1. Definição dos Países – Plano de negócios	223

5.2. Qual marca registrar e como – Política interna de proteção da marca	225
5.3. Manutenção – Sistema de Monitoramento	227
6. Bibliografia	228

Aspectos Cíveis da Concorrência Desleal no Sistema Jurídico Brasileiro, 231

ALBERTO LUÍS CAMELIER DA SILVA

1. Introdução	231
2. Breve histórico	234
3. Legislação brasileira	236
4. Modalidades de Concorrência	249
4.1. Concorrência Ilícita e Desleal	251
4.2. Concorrência Desleal	252
4.3. Concorrência Parasitária e Aproveitamento Parasitário	256
4.3.1. Concorrência Parasitária	258
4.3.2. Aproveitamento Parasitário	261
5. Conclusão	264
6. Bibliografia Geral	266

O Sistema Constitucional de Patentes e os Prazos de Vigência, 271

JACQUES LABRUNIE

MARCOS CHUCRALLA MOHERDAUI BLASI

1. Introdução	271
2. Conceito de patente de invenção	272
3. Fundamentos econômicos das patentes	272
4. Patentes e desenvolvimento: breve análise da situação brasileira	274
5. O sistema constitucional de patentes	277
5.1. Estruturação fundamental	277
5.2. Constituição Federal	277
6. A questão dos prazos de vigência das patentes	281
6.1. O exame de mérito das patentes e os prazos gerais de proteção	281

6.2. Extensão do prazo de vigência das patentes e a aplicação do TRIPS	281
6.3. Extensão dos prazos de vigência das patentes <i>pipeline</i>	285
6.3.1. O que são patentes <i>pipeline</i> ?	285
6.3.2. As patentes <i>pipeline</i> são inconstitucionais?	286
6.3.3. Prazos de vigência das patentes <i>pipeline</i>	288
7. Conclusões	289
8. Referências bibliográficas	289

Direito de Imagem, Clubes e seus Hinos

A correlação no direito brasileiro, 291

LUÍS FELIPE BALIEIRO LIMA

1. Introdução	291
2. O Hino	291
2.1. A Origem da Palavra “Hino” – As Manifestações	291
2.2. O Hino como Canção	292
2.2.1. Origens da Proteção pelo Direito Autoral	293
2.2.2. O Direito Autoral no Brasil – A Proteção à Obra Musical	294
3. A Nação Futebolística	295
3.1. O Conceito de “Nação”	296
3.2. “Nação” no Futebol Brasileiro	297
4. Clubes de futebol e o direito à imagem	299
4.1. Os Direitos da Personalidade – O Direito à Própria Imagem	299
4.1.1. Conceito de Direito da Personalidade	300
4.1.2. O Direito à Própria Imagem	302
4.2. O Direito da Pessoa Jurídica à Própria Imagem	303
4.3. Direito à Própria Imagem x Direitos de Autor	307
5. Conclusão	311